

**Ao digníssimo Senhor Chefe Secretaria  
Executiva da Casa da República**

**FULANO DE TAL**, estado civil, profissão,  
RG XXXXXXXXXXXX SSP/XX, CPF XXXXXXXXXXXX, residente na  
XXXXXXXXXXXX, XXXXX/DF, vem assistido pela **DEFENSORIA  
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, apresentar

<b>JUSTIFICATIVA</b>
----------------------

Sobre os fatos dispostos nos autos do processo n. XXXXXXXXXX,  
nos seguintes termos.

Sentença penal condenou o justificante à  
pena de seis meses de reclusão, em regime inicial ABERTO,  
mas sem o trânsito em julgado da decisão judicial, fundamentos  
legais e constitucionais proíbem efeitos no exercício de direitos  
trabalhistas e civis

A Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009 regulamentou o art. 5º, inciso LVIII da Constituição Federal, o qual dispõe que *“o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”*. Com efeito, a Lei regulamentadora criou um procedimento próprio para identificar criminalmente o civilmente identificado, nas hipóteses previstas no referido diploma.

Assim, consoante o art. 6º, **“É vedado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória”**. Na presente data, conforme cópia de termo de apelação anexo, certamente o processo penal não transitou em julgado e, portanto, não pode ser mencionado em nenhum meio de comunicação.

Isso porque a Constituição Federal prevê os elementos de direito de defesa do acusado no rol de direitos fundamentais. Entre eles, consagra-se o princípio da presunção da inocência, inserido no art. 5º, inciso LVII, *in verbis*: *“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”*. Ou seja, ainda há possibilidade de que o Sr. FULANO venha a ser absolvido em grau recursal.

Tal princípio encontra, ainda, previsão jurídica desde 1789, inserto no art. 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cuja redação descreve que *“Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor*

*desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei”.*

Nessa esteira, importante mencionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que em seu art. XI dispõe que: *“Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente, até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa”.*

No Brasil, no início do século XX, Ruy Barbosa, atento às questões mundiais, já ensinava:

*Não sigais os que argumentam com o grave das acusações, para se armarem de suspeita e execração contra os acusados. Como se, pelo contrário, quanto mais odiosa a acusação, não houvesse o juiz de se precaver mais contra os acusadores, e menos perder de vista a **presunção de inocência**, comum a todos os réus, enquanto não liquidada a prova e reconhecido o delito. (BARBOSA, Ruy. Oração aos Moços. Adriano de Gama Kury. 5. Ed. Rio de Janeiro: Casa Ruy Barbosa, 1999. Pag. 41). (Grifou-se)*

No ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da presunção da inocência só foi positivado com o advento da Constituição Federal de 1988, ainda que anteriormente aplicado timidamente.

Há de se mencionar que posteriormente, com a incorporação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) no ordenamento jurídico pátrio, na qual a pertinência com a matéria aventada está descrita no art. 8º, 2, primeira parte, em que *“Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. [...]”* ocupa igualmente posto de preceito constitucional.

Dessa forma consubstanciado pela história e positivado no ordenamento pátrio, não cabendo discussões a respeito, hodiernamente o princípio constitucional da presunção da inocência impõe que até que se obtenha um pronunciamento definitivo em desfavor do acusado, este é presumivelmente inocente.

Doutra banda, o caso em exame em absolutamente nada repercutirá nas atividades laborais do justificante nem poderá denegrir a imagem da instituição pública em que trabalha. Nenhum documento acostado aos autos do processo penal menciona o meio de subsistência do justificante e, menos ainda, o nome da instituição pública em que está lotado.

Além disso, não existe nenhuma conexão do fato descrito na denúncia com a função pública exercida pelo justificante ou a instituição em que trabalha. Trata-se de

acidente de trânsito causado, supostamente, por embriaguez ao volante.

Dessa forma, não há nenhuma razão jurídica para temer eventual afronta contra a imagem da instituição a partir dos fatos apurados nos autos do processo em epígrafe. Nesse momento, há de prevalecer o princípio constitucional da Dignidade Humana, que assegura ao cidadão a participação ativa no destino da sua própria existência em comunhão com os demais seres humanos como preleciona Ingo Wolfgang Sarlet:

*Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.*

Assim, a fim de garantir sua continuidade na função pública que garante o sustento próprio e de sua família, requer seja acolhida a presente justificativa.

Respeitosamente,

Pede-se deferimento.

XXXXXXXXX - DF, XXX

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Defensor Público